

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES: MULHERES NEGRAS E RACISMO EM TEMPOS DE NEGACIONISMO

RAPHAEL RODRIGUES VIEIRA FILHO\*

*Universidade do Estado da Bahia*

<https://orcid.org/0000-0002-1358-0863>

ELISÂNGELA CARVALHO BARBOSA DE BRITO MARQUES\*\*

*Secretaria Municipal de Educação de Biritinga/Bahia*

<https://orcid.org/0000-0002-0213-0226>

SANDRA SANTOS DE ARAÚJO\*\*\*

*Universidade do Estado da Bahia*

<https://orcid.org/0000-0003-4286-6892>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo: as trajetórias de mulheres negras na educação formal e as desigualdades enfrentadas em meio à desconstrução do racismo em tempos de pandemia de COVID 19 e negacionismo, pois sabemos que essas desigualdades impactam nas oportunidades e acesso ao sistema de ensino na idade ideal conduzindo essas mulheres para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Realizamos pesquisa utilizando o Google Acadêmico, visando encontrar artigos científicos com os seguintes termos: Educação, Desigualdade, Racismo, Mulheres Negras, publicados entre 2020 a 2022. Nossa questão inicial foi: como foi a trajetória escolar de mulheres negras e como elas enfrentaram o racismo e como as desigualdades impactaram em seu cotidiano nestes tempos de negacionismo? Para tanto, respaldamo-nos na revisão da literatura, tendo como base artigos já publicados, selecionados no Google Acadêmico, usando os termos

---

\* Professor Titular Pleno do DEDC I Salvador e do Professor Permanente do PPG Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras e Professor Permanente do PPG Educação e Contemporaneidade, ambos da UNEB, Doutor em História Social pela PUCSP e Pós-Doutor em Pesquisa pela Università degli Studi di Padova. Tem experiência em Pesquisa e Publicações nas Áreas de Manifestações Culturais Festivas Negras, História de Populações Negras, História da Educação de Populações Negras, Relações Raciais e Normalização de Trabalhos Acadêmicos. E-mail: [raphafilho@gmail.com](mailto:raphafilho@gmail.com)

\*\* Licenciatura em Biologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências; Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Cândido Mendes; Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social como aluna Especial, pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Serrinha Bahia. Membro do Grupo de Estudo Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde ( GEPERCS ) da Universidade Estadual da Bahia. Professora Fundamental II - Espaço Educativo Pensar e Agir no município de Biritinga-Bahia. E-mail: [eli.direc@hotmail.com](mailto:eli.direc@hotmail.com)

\*\*\* Licenciada em Geografia (UNEB); Bacharela em Direito chancela (UFRB); Pós-Graduada em Gestão Pública Municipal (UNEB); Especialista em Gestão e Modernização Institucional da Segurança Pública(UFS); Mestre em Educação e Diversidade (UNEB); Membro do Grupo de Estudo e Leitura Formação Experiências e Linguagens (FEL/UNEB), Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Sexualidade (GLEIGS/UNEB); Professora e Pesquisadora da Educação Básica e Temática de Gênero, Sexualidade e Educação, Vice--Diretora de Educação de Jovens e Adultos. E-mail: [sandra.jusbiritinga@gmail.com](mailto:sandra.jusbiritinga@gmail.com)

já relatados acima. Debruçamo-nos sobre as contribuições de Almeida (2020), Davis (2016), Freire (1997, 2007), Gonzalez (2020a, 2020b), Munanga (2004), Pinsky e Pinsky (2021), Ribeiro (2019), Rollemberg e Cordeiro (2021), Slavutzky (2021), Vidal-Naquet (1988), dentre outras obras que colaboraram com bases teóricas para o estudo. Os resultados dos trabalhos permitem considerar que as diversas táticas adotadas pelas mulheres negras se constituem em saberes coletivos, pois são aprendizagens concretas transmitidas às novas gerações, nos diversos artigos lidos também localizamos a necessidade de mais ações por parte dos poderes públicos, como: a valorização dos negros, oferecimento de oportunidades de estudo em momentos alternativos, palestras educacionais com ações antirracistas nas escolas e fora delas, práticas de políticas públicas a fim de se combater as desigualdades e o negacionismo na esfera educacional e em toda a sociedade para com os negros e as negras.

**Palavras-chave:** Educação; Desigualdades; Racismo; Mulheres negras; negacionismo.

## ABSTRACT

### EDUCATION AND INEQUALITIES: BLACK WOMEN AND RACISM IN TIMES OF DENIAL

This article aims to: the trajectories of black women in formal education and the inequalities faced amid the deconstruction of racism in times of the COVID 19 pandemic and denialism, as we know that these inequalities impact opportunities and access to the education system at the ideal age, leading these women to Youth and Adult Education (EJA). We carried out research using Google Scholar, aiming to find scientific articles with the following terms: Education, Inequality, Racism, Black Women, published between 2020 and 2022. Our initial question was: what was the school trajectory of black women like and how did they face racism? and how have inequalities impacted your daily life in these times of denialism? To this end, we relied on a literature review, based on already published articles, selected on Google Scholar, using the terms already reported above. We look at the contributions of Almeida (2020), Davis (2016), Freire (1997, 2007), Gonzalez (2020a, 2020b), Munanga (2004), Pinsky and Pinsky (2021), Ribeiro (2019), Rollemberg and Cordeiro (2021), Slavutzky (2021), Vidal-Naquet (1988), among other works that contributed theoretical bases for the study. The results of the work allow us to consider that the different tactics adopted by black women constitute collective knowledge, as they are concrete learning transmitted to new generations. In the different articles read, we also found the need for more actions on the part of public authorities, such as: valuing of black people, offering study opportunities at alternative times, educational lectures with anti-racist actions in schools and outside them, public policy practices in order to combat inequalities and denialism in the educational sphere and throughout society towards black men and women.

**Keywords:** Education; Inequalities; Racism; Black women; denialism.

## RESUMEN

### EDUCACIÓN Y DESIGUALDADES: LAS MUJERES NEGRAS Y EL RACISMO EN TIEMPOS DE NEGACIÓN

Este artículo tiene como objetivo: las trayectorias de las mujeres negras en la educación formal y las desigualdades enfrentadas en medio de la deconstrucción del racismo en tiempos de la pandemia de COVID 19 y el negacionismo, pues sabemos que estas desigualdades impactan las oportunidades y el acceso al sistema educativo en la edad ideal, llevando a estas mujeres a la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Realizamos una investigación utilizando Google Scholar, con el objetivo de encontrar artículos científicos con los siguientes términos: Educación, Desigualdad, Racismo, Mujeres Negras, publicados entre 2020 y 2022. Nuestra pregunta inicial fue: ¿cómo fue la trayectoria escolar de las mujeres negras y cómo ¿Se enfrentan al racismo? ¿Y cómo han impactado las desigualdades en su vida diaria en estos tiempos de negacionismo? Para ello, nos basamos en una revisión de la literatura, basada en artículos ya publicados, seleccionados en Google Scholar, utilizando los términos ya informados anteriormente. Nos fijamos en los aportes de Almeida (2020), Davis (2016), Freire (1997, 2007), González (2020a, 2020b), Munanga (2004), Pinsky y Pinsky (2021), Ribeiro (2019), Rollemberg y Cordeiro. (2021), Slavutzky (2021), Vidal-Naquet (1988), entre otros trabajos que aportaron bases teóricas para el estudio. Los resultados del trabajo nos permiten considerar que las diferentes tácticas adoptadas por las mujeres negras constituyen un conocimiento colectivo, ya que son aprendizajes concretos transmitidos a las nuevas generaciones, en los diferentes artículos leídos también encontramos la necesidad de mayores acciones por parte de la ciudadanía. autoridades, tales como: valoración de las personas negras, oferta de oportunidades de estudio en horarios alternativos, charlas educativas con acciones antirracistas en las escuelas y fuera de ellas, prácticas de políticas públicas para combatir las desigualdades y el negacionismo en el ámbito educativo y en toda la sociedad hacia las personas negras y los negros.

**Palabras clave:** Educación; Desigualdades; Racismo; Mujeres negras; negacionismo.

## INTRODUÇÃO

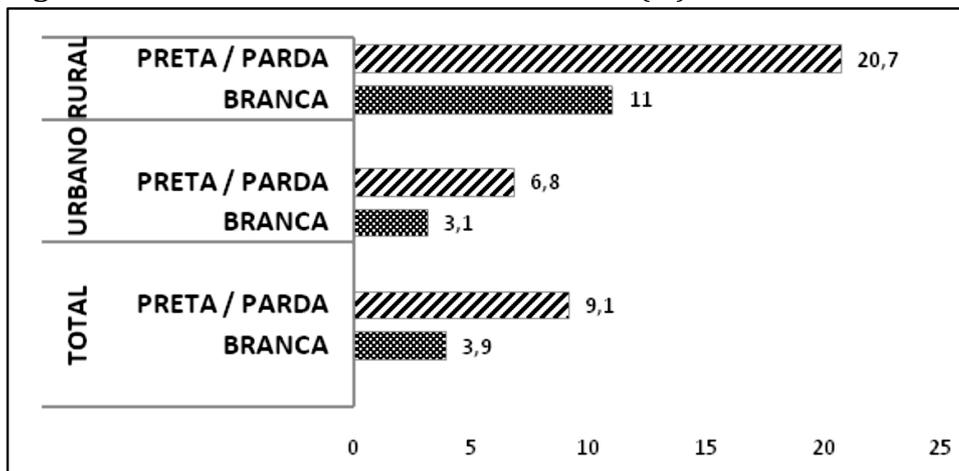
Refletir sobre as desigualdades educacionais se revela necessário e urgente, pois os problemas educacionais estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano, principalmente nas grandes e pequenas cidades brasileiras. Este fenômeno tem atingido mais os subalternizados (FERREIRA, 2020), com destaque para as populações negras.

Diante de tantas desigualdades, as mulheres negras encontram-se entre as pessoas que mais sofrem, em razão de ser mulher, negra e na sua

maioria pobre, nesse sistema das desigualdades. O impacto dessas desigualdades na vida escolar dessas mulheres pode ser visto nas salas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde encontramos essa população como maioria. Ademais, na esfera educacional ainda prevalecem os parâmetros das classes dominantes. Os eixos interseccionais se cruzam na vida das subalternadas, negando, assim, seus direitos garantidos por lei. A Figura 1, adiante, mostra informações, segundo o Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), que ilustram o cruzamento entre analfabetismo, grupos étnicos e localização geográfica dos indivíduos.

**Figura 1** – Taxa de Analfabetismo, Rural e Urbano (%)



**Fonte:** Reelaborado com dados de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019, p. 7).

Segundo o informativo do IBGE (2019, p. 6-7), a taxa de analfabetismo em 2018 ainda apresentava o maior índice nas populações pretas ou pardas, os eixos da opressão e de exclusão educacional prevalecem na zona rural, com 20,7%. Esses altos índices de analfabetismo podem decorrer: de um sistema de transporte que não os contempla; por terem que trabalhar desde cedo ajudando seus pais nas lavouras; ou até mesmo por falta de uma escola de qualidade, desconsiderando as prescrições da Constituição Federal de 1988, no Art. 205, que garante o seguinte: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Diante do contraste entre a realidade de muitas pessoas e do que preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988), percebe-se que o racismo institucional impacta na vida das populações negras, principalmente as mulheres negras, pois são mais subalternizadas por serem mulheres nessa sociedade racista e preconceituosa, conforme já detectado por

Gonzalez (2020a). Nesse sentido, a respeito do conceito de Racismo, Ribeiro (2019, p. 12) ressalta ser esse um “[...] sistema de opressão que nega direito, e não um simples ato de vontade de um indivíduo”.

Segundo Ribeiro (2019), entende-se que o negar direitos significa não dar a oportunidade a uma pessoa simplesmente por causa da sua cor ou outras características físicas que diferem uma pessoa de outra; por isso, nega-se ou bloqueia-se algo, tornando, dessa maneira, o racismo mais forte na sociedade.

Em consonância com Ribeiro (2019), Slavutzky (2021) nos ensina que:

O racismo, contrariamente ao preconceito, é a expressão da violência, é um ato, não uma interdição que se coloca a priori, como forma de proteger seja lá o que for. Dentro desse universo de terror, mesmo que o negro acredite conscientemente que tais ameaças racistas não se cumprirão, o pavor não desaparece. Ele traz no corpo o significado que incita e justifica, para o outro, a violência racista. (SLAVUTZKY, 2021, p. 21)

Conforme reflexões de Souza (1983), o racismo é uma ação que fere as pessoas, é uma violência que leva tempo para curar. Atos racistas aterrorizam os negros e as negras da nossa

sociedade. Esses eixos racistas só diminuirão quando todos abraçarem a causa para uma educação antirracista, realizando uma desconstrução em nossa sociedade, e somente com a educação pode-se mudar – mudar para melhor.

Com a Pandemia de COVID19, a crise econômica provocada pela instabilidade política ocorrida com o golpe de 2016, é possível observar o agravamento do racismo e suas repercussões, com o Brasil entrando novamente no Mapa da Fome e os estudos apontando que os lares chefiados por mulheres negras “[...] apresentaram maiores chances de insegurança alimentar moderada ou grave. A insegurança alimentar nos domicílios chefiados por essas mulheres revela-se como uma das consequências da interação estrutural do racismo e do sexismo” (SILVA *et. al.*, 2022, n.p.).

Mesmo com base em tantas evidências e estudos, existem pessoas que negam a existência do racismo e da discriminação racial, o que identificamos como uma forma de negacionismo.

O conceito de negacionismo não é novo. Conforme Jaime Pinsky e Carla B. Pinsky (2021, p. 10): “Ser infiel à verdade dos fatos é algo que governantes e políticos praticam há muitos séculos”. Porém essa escolha de negar fatos ou contá-los de forma a colocar dúvidas sobre acontecimentos desfavoráveis à certos grupos ou passíveis de punições à outros tantos, tem sua intensificação no final da década de 1980 e “[...] emprega todos os meios, panfletos, fábulas, histórias em quadrinhos, estudos pretensamente científicos e críticos, revistas especializadas, para destruir, não a verdade, que é indestrutível, mas a tomada de consciência da verdade [...]” (Vidal-Naquet, 1988, p. 9). Porém neste momento histórico, o fenômeno do negacionismo voltou com muita força, com reaparecimento de grupos neonazistas e grupos de ultradireita na política em várias partes do planeta e rápida propagação de *fake news* através de redes de interações sociais.

Nos desculpem os puristas, mas no Egito antigo já os faraós praticavam esse tipo de fal-

sificação: “Ramsés mandava raspar o nome de outros faraós de monumentos e colocava o seu, para ficar com o crédito de obras e conquistas militares” (Pinsky; Pinsky, 2021, p. 10). Revisar resultados estabelecidos é uma forma das ciências superar seus próprios limites, assim “[...] o revisionismo é esclarecedor e indispensável, na produção do conhecimento histórico, enquanto o negacionismo é funesto e obscurantista, a própria negação da História” (Rollemberg; Cordeiro, 2021, p. 61). O que nos atinge e impacta é o negar o racismo e suas consequências na vida cotidiana no Brasil.

Voltando ao nosso tema, com base em Freire (1997), salientamos que a educação também promove uma abertura para trabalhar temáticas ligadas ao nosso cotidiano, respondendo questões prementes do presente, tendo como essência a própria existência vivenciada, direcionando-nos a uma leitura do mundo e da palavra (Freire, 1989), sem dicotomia ou divórcio.

Este estudo tem o objetivo de compreender a educação e desigualdades em meio à desconstrução do racismo em tempos de negacionismo, em que tudo é negado para as populações negras, em especial às mulheres negras. Destacamos que existe uma produção de artigos bastante relevante sobre os efeitos da pandemia nas populações negras, porém ainda em pequeno número.

O estudo, nos seus aspectos metodológicos, caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa. Optamos por uma revisão de literatura com o marco temporal de 2020 a 2022 realizando pesquisa na Plataforma Google Acadêmico com os descritores: Educação; Desigualdades; racismo; mulheres negras.

Nos artigos selecionados, procuramos ver trajetórias e as marcas deixadas nas mulheres negras em decorrência de sua história de luta e resistência principalmente na área da educação, levando-as muitas vezes a frequentar as salas de aula tardiamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo que é preciso escutar essas vozes que foram e são silenciadas nessa esfera racista e preconceituosa.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

[...] O racismo é burrice  
Mas o mais burro não é o racista  
É o que pensa que o racismo não existe  
O pior cego é o que não quer ver  
E o racista está dentro de você  
Porque o racista na verdade é um tremendo babaca  
Que assimila os preconceitos porque tem cabeça fraca

E desde sempre não para pra pensar  
Nos conceitos que a sociedade insiste em lhe ensinar  
E de pai para filho o racismo passa  
Em forma de piadas que teriam bem mais graça  
Se não fossem o retrato da nossa ignorância  
Transmitindo a discriminação desde a infância  
E o que as crianças aprendem brincando  
É nada mais nada menos do que a estupidez se propagando

Nenhum tipo de racismo  
– eu digo nenhum tipo de racismo – se justifica  
Ninguém explica  
Precisamos da lavagem cerebral pra acabar  
com esse lixo que é uma herança cultura [...] (RACISMO é burrice, 2006).

A música acima nos faz refletir sobre estarmos vivendo em uma sociedade fechada, como já mencionava Freire (2007). Lamentavelmente, há pessoas que não têm empatia com o próximo, que não respeitam as diferenças e ainda acreditam que o racismo já acabou.

Como retrata a letra da música: “O pior cego é aquele que não quer enxergar”; porém, ao contrário, ele está mais forte entre as pessoas que se consideram como classe dos dominantes, inferiorizando as pessoas pertencentes aos grupos subalternizados.

Quijano (2005) afirma que:

A América constitui-se como o principal espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo

padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistador e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde, do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p. 117)

Corroborando as palavras de Quijano (2005), fica nítido que os colonizadores europeus em todos os momentos tentam impor uma desigualdade aos povos dos mundos colonizados estabelecendo hierarquias e desigualdades. Essas relações de poderes sempre criaram um padrão entre os subalternizados. Esse novo padrão criado pelos dominantes minimizou os indígenas, os negros e principalmente as mulheres negras e indígenas, tolhendo seus direitos garantidos pela lei, tais como: saúde, educação, segurança.

Como se observa, a Constituição Federal em seu artigo 205 salienta ser direito de todos ter acesso a uma educação de qualidade (BRASIL, 1988), mas infelizmente não é isso que acontece, o acesso à educação de qualidade para exercer a cidadania e formar para o trabalho não faz parte da trajetória educacional dos subalternizados e principalmente das mulheres negras.

Conforme os estudos de Silva (2013):

Se para as mulheres brancas das classes médias, um ponto importante para autonomia é sua inserção no trabalho remunerado, demandando políticas de ativação; para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos. (SILVA, 2013, p. 110)

Portanto, o fato de participarem mais cedo do mercado de trabalho, ocupando funções

menos valorizadas, com menores salários e terem que deixar a escola sem o mínimo de escolaridade para disputar os melhores empregos está presente na vida dessas pessoas, que precisam se esforçar muito mais para manter um padrão de vida muitas vezes abaixo da linha da pobreza enfrentando a insegurança alimentar pairando em seu cotidiano (SILVA *et al.*, 2022). Por vezes, precisam trabalhar para sustentar além de si, seus filhos e filhas, o que dificulta mais seu acesso, na idade ideal, à formação educacional e benefícios dela advindos, deixando de lado seus estudos no tempo certo, para serem completados somente muitos anos depois nos cursos de EJA.

Percebe-se que o legado do colonialismo e da escravidão deixou resquícios para os negros e as negras da nossa sociedade, as mulheres negras passaram e passam por muitas desigualdades nessa sociedade racista e preconceituosa. Assim tratar das reivindicações do movimento feminista como se todas fossem iguais é uma das armadilhas esvaziando as verdadeiras lutas com potencial para ganhos das mulheres negras.

Na perspectiva de Davis (2016, p. 02): “[...] o enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão”. Portanto, os resquícios da escravidão se perpetuam e naturalizam na sociedade, negando direitos, como uma educação de qualidade para as pessoas subalternizadas, principalmente as mulheres negras, que precisam ser resilientes no processo de sua vida.

Gentili (2009) retrata que:

Hoje, esse direito é negado quando não lhes é oferecida outra alternativa a não ser a de permanecer em um sistema educacional que não garante nem cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade, quando se limitam as condições efetivas de exercício desse direito pela manutenção das condições de exclusão e desigualdade que se transferiram para o interior do próprio sistema escolar. Estas condições bloqueiam, travam e limitam a eficácia democrática do processo de

expansão educacional, conduzindo os pobres para o interior de uma instituição que, em um passado próximo, dispunha de um conjunto de barreiras que limitavam suas oportunidades de acesso e permanência. (GENTILI, 2009, p. 1062).

A expansão educacional, apesar de sua pretensão de universalizante, é limitada a uma parcela da população e beneficia efetivamente as classes médias e quem tem capital financeiro em suas mãos não necessita e nem necessitou do sistema público para sua formação no ensino fundamental e médio, porquanto a permanência e a conquista de um sistema educacional são para poucos, sendo assim, limitam os sonhos de muitos.

Carneiro (2016) reforça essa ideia:

[...] o pertencimento étnico-racial, a renda, a identidade de gênero, a localização geográfica, idade, condição física, entre outros, são atributos que resultam em desigualdades, desvantagens e hierarquizações entre elas, sendo a cor da pele um marcador social que impacta negativamente na vida de muitas mulheres negras. (CARNEIRO, 2016, p. 122)

Com tanta desigualdade, é preciso ter esperança, conforme afirma Freire (1997, p. 05), “[...] é por isso que não há esperança na pura espera”; é urgente descolonizar atos que aterrorizam as populações negras, principalmente as mulheres negras, marcadas pelos eixos interseccionais, e sempre lembrar que todas têm direito a uma educação de qualidade garantida por lei, assim surgem os projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) como parte das compensações do estado por não oferecer condições das pessoas frequentarem o sistema de ensino na idade ideal. Somente por meio de uma educação igualitária poderemos descolonizar as mentes das pessoas que se consideram donas de tudo, só assim poderemos mudar essa esfera onde impera o racismo.

A descolonização é uma arma contra o racismo e só irá se fortalecer quando todos abraçarem a mesma causa, quando entenderem que o racismo e o preconceito fazem parte daquelas pessoas que pensam que são superiores às

outras. Por isso, a escola e a família possuem um papel fundamental na participação da educação antirracista de nossas crianças.

Quando trabalham em conjunto fica mais fácil a parceira para a construção de um mundo melhor, de maneira que algumas atitudes podem fazer a diferença no combate ao racismo contra pessoas negras.

Ribeiro (2019) destaca algumas atitudes:

Conversar com a família e com os filhos, e não só manter uma imagem pública, com destaque para redes sociais, também é fundamental. Algumas atitudes simples podem ajudar as novas gerações, como apresentar para crianças livros com personagens negros que fogem de estereótipos ou garantir que a escola dos seus filhos aplique a Lei n. 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a obrigatoriedade do ensino da história africana-brasileira. Um ensino que valoriza existências e referencia positivamente a população negra é benéfico para a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mas ainda são ações que diminuem as desigualdades. (RIBEIRO, 2019, p. 41-42).

Conforme o trecho acima, visando ao fortalecimento de uma educação antirracista, bastam atitudes para a desconstrução de várias atitudes impostas no passado pelo colonialismo. Com base na Lei n. 10.639/2003 (BRASIL, 2003), o Ensino da História Africana-Brasileira visa garantir que as culturas africanas e afro-brasileiras fossem reconhecidas e respeitadas perante todos, construindo, assim, uma valorização das heranças das populações negras e positivando os negros e as negras na nossa sociedade, transbordando para os currículos e planos de ensino das escolas.

As ações antirracistas dentro e fora do sistema escolar favorecem a multiplicação da conscientização de que não se pode desvalorizar e insultar as populações negras, ou ninguém, por conta da sua cor.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES: DESAFIOS DAS MULHERES NEGRAS EM SUAS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

Ao término da disciplina Educação e Desigualdades, como alunas especiais do programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/UNEB), decidimos, com o aval, orientação e colaboração do professor, realizar um estudo em busca dos artigos publicados, no período da Pandemia de COVID19 sobre essa temática, em plataformas digitais e o texto inicial foi a base para esse artigo, ampliado posteriormente.

Foram meses de muitas leituras e classificações das temáticas mais próximas dos nossos estudos, a fim de pesquisarmos artigos que contemplassem as discussões acerca da temática escolhida. Primeiro, pensamos no tema, queríamos algo que se entrelaçasse com a disciplina cursada; depois da temática, definimos o objetivo geral e específico. Em seguida, com a orientação do professor, partimos para a metodologia e os referenciais teóricos que contribuiriam nesta discussão tão cara para a sociedade brasileira.

Diante disso, estabelecemos as palavras-chave: Educação, Desigualdade, Racismo, Mulheres Negras, tendo o marco temporal de 2020 a 2022. Sistematizamos o resultado da pesquisa e fizemos a primeira seleção de artigos. Apesar de sua grande utilidade na busca dos artigos científicos, constatamos que a ferramenta Google Acadêmico trouxe como resultado vários artigos que apesar de tratarem de temas correlatos e constarem em seus textos os termos pesquisados nas palavras-chave, após a leitura dos resumos, os termos utilizados na pesquisa não apareciam nas discussões. Além disso, o resultado também trouxe várias monografias, dissertações e teses, que não eram o objetivo da pesquisa.

Foram selecionados: Batista; Ferreira; Cunha, e Bussolotti (2020); Lima e Custódio

(2020); Rocha (2020); Lira e Barbosa (2021); Santos (2021); Silveira; Nascimento e Zalem-bessa (2021), Lima e Custódio (2022) e Marques; Carneiro (2022), realizamos o tratamento inicial, as leituras, fichamentos, categorização e posterior análises desses artigos.

Após essas ações de tratamento de fontes inerentes à pesquisa documental, constatamos que todos os artigos destacam em seus textos as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras na sua trajetória de vida, entre essas tribulações está a conquista à educação formal. A educação formal na vida das mulheres negras é repleta de obstáculos, porque o racismo e o preconceito estão muito fortes e presente no cotidiano de cada uma delas.

Alguns dos artigos trazem respostas mais amenas enfatizando essas agruras: “As trajetórias de nossas entrevistadas são marcadas pela luta, resistência, mesmo que indiretamente, pela busca dos direitos sociais e políticos” (Lima; Custódio, 2022, p. 269). Destacando como desafios enfrentados, o texto dá protagonismo às mulheres negras para sua solução e as diversas ações são educativas e são a base didática de transmissão de conhecimentos para novas gerações.

Ou os achados de Marques; Andrade; Araújo (2020, p.566): “[...] esse estudo possibilitou revelar quantos desafios passa uma mulher negra na sociedade e que a humanidade precisa se livrar desse vírus preconceituoso que violenta o ser humano pela sua cor, raça ou classe social”. Munanga (2004, p. 9) afirma: “[...] o racismo é tão profundamente radicado no tecido social e na cultura de nossa sociedade que todo repensar da cidadania precisa incorporar os desafios sistemáticos à prática do racismo”, assim, as mulheres negras são desafiadas ao confronto com o racismo diariamente, desenvolvendo táticas para superá-lo.

Outras análises são mais enfáticas: “[...] as mulheres sofrem, mas as mulheres negras sofrem ainda mais nessa sociedade racista e preconceituosa, pois são privadas de todos os direitos, são invisibilizadas por serem negras”

(Marques; Carneiro, 2022, p.28-29). O destaque aqui é no termo “privadas” o que nos leva a pensar na base disso: as negações do racismo e as naturalizações.

Liconti (2022, p. 528) analisa a estrutura do sistema de ensino e nos aproxima de uma explicação possível para as negações e naturalizações: “As opressões estruturais parecem invisíveis e são naturalizadas, especialmente para as pessoas que se beneficiam dessa estrutura desigual que oprime existências que não se enquadram na norma de branquitude, cisheteronormativa, e nem partilham do conforto da vida da classe média alta ou da elite.”

Essa possível explicação também foi destacada como resultado no artigo de Lima e Custódio (2020, p. 1312): “Os resultados apontam uma trajetória de luta pelos direitos negados e uma constante resistência aos ajustes das classes dominantes que solidificaram uma sociedade moldada no pensamento eurocêntrico, hegemônico, racista [...]”

Moreira (2020, p. 63) nos ensina que: “[...] o racismo é um sistema de exclusão que opera por meios de estigmatização de grupos populacionais que são racializados por possuírem determinadas características fenotípicas em comum”, conceito em consonância com Munanga (2004) já citado. Diante dessas reflexões, vemos que o racismo exclui as pessoas com as características fenotípicas diferentes, gerando assim, uma desigualdade em nossa sociedade em geral.

Como afirmado acima, os artigos pesquisados convergem em diversos eixos, eles apresentam pontos em que as mulheres negras sofrem uma negação de si na sociedade muito forte quanto ao desejo e frequência de adentrar no sistema e concluir a educação formal, desejo muitas vezes só realizado tardiamente com a frequência às aulas na EJA. Além disso, aos olhos racistas da sociedade machista, as mulheres negras só são vistas como domésticas. Nessa direção, Gonzalez (2020b) salienta:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira,

pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos domésticas ou mulatas. O termo doméstica abrange uma série de atividades que marcam seu lugar natural: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. já o termo mulata implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada produto de exportação, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais (GONZALEZ, 2020b, p. 44).

Infelizmente, a sociedade racista impede que as mulheres negras tenham uma vida de destaque, relegando-as exclusivamente aos trabalhos domésticos, não que não seja um trabalho digno e importante como tantos outros, mas elas podem ir além, são capazes de chegar onde e quando quiserem, pois são resilientes em toda sua vida. Esse negacionismo para com as mulheres negras constitui um legado da escravidão.

Como menciona Davis (2016, p. 96) a respeito do que era dito no período escravista: “[...] o estudo vai estragar até o melhor preto do mundo”. Vemos, então, onde começa o racismo e o preconceito na educação e onde estão as bases de negá-la as populações negras. Suas trajetórias de luta e resistências no que se refere ao sistema educacional são concretas e diárias, porém é necessário, ainda, muita aprendizagem e muitas lutas para fortalecer e ampliar a presença negra no sistema educacional.

Ao analisar o artigo de Marques e Carneiro (2022), vemos como as dificuldades de vida por que passaram as mulheres negras se entrelaçam as desigualdades no sistema educacional formando um enredamento difícil de ser superado. Os estudos apontam que elas tiveram que lutar para sobreviver, para ter acesso à educação formal e ainda lutam para garantir escolas de qualidade para elas e seus descendentes e nelas conhecimentos significativos em seus currículos.

Algumas dessas mulheres negras tiveram que voltar aos seus estudos já com a idade mais avançada, como mostram os relatos do qual destacamos a fala de uma das participantes, estudante da EJA: “O que me atrapalha é o

fato de eu não ter me formado, não tenho um emprego, nem salário, não tenho como ajudar o marido, tudo é o marido, se eu estudasse, tivesse uma faculdade, tinha um emprego, dar uma vida melhor pra os filhos” (Cravo, 2022 *apud* Marques; Carneiro, 2022, p. 17).

O fato de não terem estudado no tempo certo e idade ideal, seja por falta de oportunidade, seja por terem que ajudar seus pais na lavoura, ou por qualquer outra situação, deixou marcas profundas acentuadas pelos eixos das exclusões, ficando marcadas pela luta e pelo sofrimento. Muitas vezes para ganhar seu sustento, tiveram que trabalhar em empregos com remuneração baixa ou subempregos sazonais para conseguir seus sustentos em casa, marcando que a falta de educação formal tornando a vida mais difícil nessa sociedade racista e preconceituosa.

Fora a própria percepção das perdas sociais e econômicas relatadas pelas participantes, Barros, Franco, Machado, Zanon e Rocha (2021), mostram em seu estudo que as pessoas que não completam o ensino básico, tem ao longo de sua vida produtiva, mais probabilidade de permanecer por mais tempo desempregadas e tem maiores probabilidades de se inserir no mercado em subempregos de menor remuneração.

Lamentavelmente, estas mulheres negras tiveram suas vidas educacionais interrompidas e só retomando o ensino formal muito tempo depois da idade média normalizada ocasionando a enorme distorção idade/séries. Marcadas por desigualdades sociais e pela falta de um sistema público adequado de formação no campo, prevendo os eventos de maior demanda de mão de obra como: momentos de plantação e colheita.

Barros, Franco, Machado, Zanon e Rocha (2021, p. 51-52) estimam que “[...] por ano de escolaridade a menos que alcançam, cada jovem que não chega a concluir a educação básica perde em média 11% do valor presente de sua remuneração do trabalho.” Assim, desistir da escolarização e entrar mais cedo no mercado

de trabalho leva a menor renda e menor possibilidade de voltar aos estudos pela própria falta de recursos, um dado comum às participantes da EJA relatando as dificuldades em retornar a educação formal.

A luta contra a desigualdade é grande, visto que a maioria das pessoas “só olha em para o próprio umbigo”; não se tem empatia com o próximo e isso gera um sistema de desigualdade muito grande que afeta as classes menos favorecidas, especialmente as mulheres negras, que reconhecem a condição de ser mulher, negra e sem estudos formais. “Não me formei, meu pai não tinha de tudo, eu queria uma sandália não tinha como me assumir. Eu tinha que trabalhar para me manter eu sofri muito, sofri porque sou mulher.” (Jasmim, 2022 *apud* Marques; Carneiro, 2022, p. 17).

Lima e Custódio (2020) refletem que:

Eliminar as desigualdades é uma luta histórica que ao longo dos anos, vem ganhando espaço de discussão, debate, enfrentamento e alcançando vitórias. Porém, ainda há muito por fazer até que haja, no Brasil, igualdade racial e de gênero. E o viés da educação é o mais apropriado para a solidez dessa busca, somando-se às práticas de ações de mobilização e enfrentamento, tão marcantes na sociedade brasileira. É importante destacar que a resistência sempre fez parte do cotidiano da mulher negra, entretanto, a própria sociedade hegemônica sempre manipulou formas no intuito de tornar a luta menos importante e invisível. (LIMA; CUSTÓDIO, 2020, p. 1320).

A luta para eliminar a desigualdade é grande, mas não se pode desistir diante dos obstáculos que surgem no dia a dia, pois as mulheres negras precisam dessa luta para ter as mesmas oportunidades das mulheres brancas. É preciso valorizar as lutas das mulheres negras, porque constituem um modo de resistência passado de geração a geração, ou seja, a luta é um processo educativo. Assim, esses conhecimentos devem ser valorizados e agregados nos projetos de EJA. Cada vez mais, as desigualdades na área da educação só aumentam, conforme observado nos dados publicados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,

2019), por isso é necessário o processo de descolonização, para que as populações negras possam ser incluídas no sistema educacional. Podem e devem!

Narrativas como essas denotam uma potencialidade muito grande de aprendizagens na luta, uma vez que mostram estratégias destruidoras do pensamento que nega o preconceito e a discriminação: mulher negra pode estar onde almeja, basta ter coragem e força de vontade para superar os obstáculos, elas não precisam provar que são capazes. Sendo assim, a resistência e perseverança das mais velhas representa uma motivação para jovens negras, para que ganhem representatividade e passem a acreditar que podem conquistar o que desejam. Desse modo, é possível descolonizar o que foi colonizado no passado, isto é, que os negros e as negras só podem servir. A igualdade é para todos, principalmente quando se trata de educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras selecionadas e analisadas revelam-nos o quanto as desigualdades educacionais perpassam as vidas das mulheres negras. As lutas individuais e coletivas por uma educação igualitária atravessam longos períodos, mas infelizmente o legado da escravidão deixou marcas que até hoje são difíceis de apagar. Os eixos das opressões, como o racismo e o preconceito, ainda reverberam nessa esfera global e estão enraizados no interior de muitas pessoas acreditando que o racismo acabou juntamente com o fim do sistema do escravismo, ou seja, negando o racismo existente em nossa sociedade atual.

As trajetórias de vida tanto das idosas negras quanto das mulheres negras em geral, em relação ao sistema educacional, são trajetórias de resiliência e resistência, pois nota-se que elas passam por provações todos os dias, precisam sempre mostrar que são capazes de chegar aonde querem. Muitas, entretanto, são marcadas pelas exclusões, por terem que

trabalhar e abandonar seus estudos, com sua volta somente em idade avançada.

Nesse sentido, o racismo e o preconceito ainda são muito fortes na sociedade brasileira, na qual muitas pessoas não têm empatia com o próximo e acabam negligenciando os direitos que são garantidos por lei para todos. Mandela (2021) nos ensina que: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”. Daí a necessidade de descolonizar práticas e crenças herdadas de um passado marcado pela escravização de pessoas e desconsideração de seus direitos.

Com base nos estudos selecionados, ainda que escassos, foi possível concluir e ressaltar a necessidade de mais ações para a valorização das populações negras, especialmente as mulheres, tais como: a valorização dos negros, oferecimento de oportunidades de estudo em momentos alternativos, palestras educacionais com ações antirracistas nas escolas e fora delas, práticas de políticas públicas para se combater as desigualdades e o negacionismo na esfera educacional que afetam os negros e as negras. Portanto, é possível uma educação igualitária para todos, basta nos conscientizarmos de que o racismo e o preconceito impedem nosso crescimento e não ignorarmos um problema que é de todos. Assim a EJA se transforma em uma ação reparadora e inclusiva, mas para essas mulheres se sentirem inseridas são necessárias: a valorização de seus conhecimentos e lutas; e inclusão desses conhecimentos nas ações e aulas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvo. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ARRUDA, Dyego de Oliveira; SANTOS, Caroline Oliveira. A realidade das populações subalternizadas em tempos de COVID-19 no Brasil. **HOLOS**, [S. l.], v. 3, p. 1–18, 2021. DOI: 10.15628/holos.2021.11654. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11654>. Acesso em: 17 dez. 2023.

BANHAL, Alberto; NUNES, Nei Antonio; PAZETTO, Alexandre Zawak. Educação e emancipação: um olhar sobre as mulheres negras. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e321201, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i2.1201. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1201>. Acesso em: 5 dez. 2022

BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel; MACHADO, Laura Muller; ZANON, Daiane; ROCHA, Grazielly. **Consequências da violação do direito à educação**. Rio de Janeiro: Autografia; INSPER, 2021. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/Consequ%C3%Aancia-da-Viola%C3%A7%C3%A3o-do-Direito-%C3%A0-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

BATISTA, Luiz Miguel; FERREIRA, Juliana Aparecida de Oliveira Pereira; CUNHA, Virgínia Mara Próspero da; BUSSOLOTTI, Juliana Marcondes. A educação em favor da emancipação das mulheres negras. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 13, n. 3, 2020. DOI: 10.32813/2179-1120.2020.v13.n3.a695. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/695>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Senado Federal do Brasil. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_10639\\_09012003.pdf](https://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf). Acesso em: 5 dez. 2022.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757/28579>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CARNEIRO, Suelaine. Mulheres Negras na Educação: desafios para a sociedade brasileira. In: VIANNA, Cláudia; CARREIRA, Denise; LEÃO, Ingrid; UN-

BEHAUM, Sandra; CARNEIRO, Suelaine; CAVASIN, Sylvia. (Orgs.). **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa; Cladem; Ecos; Geledés; Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 121-186. Disponível em: [https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao\\_site\\_completo.pdf](https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf). Acesso em: 16 jan. 2023.

CRUZ, Samyra Rodrigues da. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19. *Pensata*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. DOI: 10.34024/pensata.2020.v9.11104. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11104>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod\\_resource/content/0/Angela%20Davis\\_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf). Acesso em: 22 maio 2022.

FERREIRA, Fábio Alves. Subalternidade nas sociologias brasileira e indiana: um estudo

comparativo da obra de Jessé Souza e Gayatri Spivak. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (15): 273-290, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/download/8921/8022>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GENTILI, Pablo. O direito a Educação e as Dinâmicas de Exclusão na Américas. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400006>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020a. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-8ontent/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020b. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-8ontent/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 09 jan. 2023

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/bahia.html>. Acesso em 09 jan. 2023

LIMA, Adafles Aguiar; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Reflexões acerca da educação do negro no Brasil: um enfoque para a mulher negra. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1312-1332, set./dez. 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24i3.13990. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13990>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LIMA, Adafles Aguiar; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Trajetórias socioeducacionais de mulheres negras no Amapá: rompendo relações de poder. **TEIAS**, RIO DE JANEIRO, v. 23, n. 70, p. 256-272, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.67238. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/67238>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LICONTI, Juliana Lima. Diário de Classe: performance autobiográfica em Juliana perspectiva Lima interseccional. In: SILVA, Ana Tereza Reis da. *Vozes do pluriverso*: práticas e epistemologias decoloniais e antirracistas em educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/download/Vozes\\_do\\_pluriverso.pdf?id=E22xEAAAQBAJ&hl=pt=-BR&output=pdf&sig=ACfU3U0fkm-raoGF2Qxn87eaeAgPixdYVQ](https://books.google.com.br/books/download/Vozes_do_pluriverso.pdf?id=E22xEAAAQBAJ&hl=pt=-BR&output=pdf&sig=ACfU3U0fkm-raoGF2Qxn87eaeAgPixdYVQ). Acesso em: 21 jan. 2023.

LIRA, Daniel Almeida; BARBOSA, Maria Valéria. Feminismo Negro, educação e interseccionalidade: as mulheres negras na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4653>. Acesso em: 12 jan. 2023.

- MANDELA, Nelson. 18 de julho - Dia Internacional Nelson Mandela. **TV UNESP**. Disponível em: <https://tv.unesp.br/old/4739>. Acesso em: 23 out. 2021.
- MARQUES, Elisângela; CARNEIRO, Everton. Mulheres negras e Educação: estratégia pedagógica de enfrentamento o racismo. In: AMORIM, Ivonete Barreto; SANTOS, Francisca Eugenia dos (orgs.). **Educação, sociedade e intervenção**: perspectiva interdisciplinares entre pesquisas. Salvador-Bahia: EDUFBA, 2021.
- MARQUES, Elisângela; CARNEIRO, Everton. Narrativas de Vidas das Idosas Negras da Comunidade Quilombola Maria de Juvêncio. **Revista UFG**, Goiânia. 2022, v.22: e22.742202. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/74220/39279>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- MARQUES, Elisângela, ANDRADE, Maria Eurácia; ARAÚJO, Sandra Santos de. Trajetórias de Vida/Escolarização de Mulheres Negras. Congresso Nordeste de Linguística Aplicada (I CONELA, Campina Grande, PB). **Anais do I Congresso Nordeste de Linguística Aplicada** (I CONELA) [livro eletrônico]. Panorama dos estudos teóricos e práticos em linguística aplicada / Vanderlei J. Zacchi... [et al.]. Aracaju: Ed. dos Autores, 2021. p. 556-568. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1YRg5GxH9Tkb6\\_WEb0Hp15HvDRBkrhivc/view](https://drive.google.com/file/d/1YRg5GxH9Tkb6_WEb0Hp15HvDRBkrhivc/view). Acesso em: 12 jan. 2023.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. [BRANDÃO, André Augusto P. (org.)]. **Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/Penesb-5-Texto-Kabenguele-Munanga.pdf>. Acesso em: 21 out. 2008.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.). **Novos combates pela História**: Desafios Ensino. São Paulo: Contexto, 2021. Disponível em: [https://filetools0.pdf24.org/client.php?mode=download&action=download\]jobResult&jobId=ocrPdf\\_25173414907b7ac3cdda3d2839bcd2cb](https://filetools0.pdf24.org/client.php?mode=download&action=download]jobResult&jobId=ocrPdf_25173414907b7ac3cdda3d2839bcd2cb). Acesso em: 05 out. 2022.
- PRADO, Maria Lívia. Defesa do ensino de História nas escolas. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.). **Novos debates pela História**: Desafios Ensino. São Paulo: Contexto, 2021. Disponível em: [https://filetools0.pdf24.org/client.php?mode=download&action=download\]jobResult&jobId=ocrPdf\\_25173414907b7ac3cdda3d2839bcd2cb](https://filetools0.pdf24.org/client.php?mode=download&action=download]jobResult&jobId=ocrPdf_25173414907b7ac3cdda3d2839bcd2cb). Acesso em: 05 out. 2022.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.
- RACISMO é Burrice. Intérprete: Gabriel, o Pensador. Compositor: Gabriel [Coutinho], o Pensador. Produção: Liminha. Co-produção: Berna Ceppas. [2003] 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MDaB8muAANc>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Campanha das Letras, 2019.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e2219374, 2022. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43092022000100401&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092022000100401&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 12 jan. 2023.
- ROCHA, Melina Sousa da. O Discurso Contra Colonial de Mestras de Axé: trajetórias de racismo religioso na educação e processo de resistência feminina. **Revista Calundu**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2020. DOI: 10.26512/revistacalundu.v4i1.30644. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/30644>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, histórias**, v. 9, n. 17, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.36429>. Acesso em: 05 out. 2022.
- SANTOS, Alessandra Barbosa. Mulheres Negras, Ensino Superior e Sucesso Profissional: enfrentando o racismo. **CAMINHOS DA EDUCAÇÃO diálogos culturais e diversidades**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 143-173, 2021. DOI: 10.26694/caedu.v3i2.12185. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2377>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- SILVA, Silvana Oliveira da; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; GAMA, Cíntia Mendes; COUTINHO, Giselle Ramos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos; SILVA, Natanael de Jesus. A cor e o sexo da fome:

análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7; e00255621, jul./2022. doi: 10.1590/0102-311xpt255621. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MQHNQz5GH9NmxjZpFm3zC3r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan.2023.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, IPEA, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%C3%AA\\_mulheres\\_negras-retrato\\_das\\_condi%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_vida\\_das\\_mulheres\\_negras\\_no\\_Brasil](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%C3%AA_mulheres_negras-retrato_das_condi%C3%A7%C3%B5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil). Acesso em: 12 jan. 2023.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda; NASCIMENTO, Sergio Luiz; ZALEMBESSA, Simões. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações:

para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. **Educar em Revista**, v. 37, p. e71306, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/X3D3CtSHRk4kKkTfC9HGbHF/?Format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 jan.2023.

SLAVUTZKY, Abrão. Apresentação. In: NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do Inconsciente**. Significações do corpo negro. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro, 1983.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas, SP: Papyrus, 1988

*Recebido em: 26/05/2024*  
*Aprovado em: 12/06/2024*